

Rulian Emmerick

Corpo e Poder: Um Olhar Sobre o Aborto à Luz dos Direitos Humanos e da Democracia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional

Rio de Janeiro Março de 2007



Rulian Emmerick

Corpo e poder: um olhar sobre a o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Orientador: Prof. João Ricardo Wanderley Dornelles



Rulian Emmerick

Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. João Ricardo Wanderley Dornelles Orientador Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. José María Gómez Departamento de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Vera Malaguti Batista UCAM – Universidade Cândido Mendes

Prof. João Pontes Nogueira Coordenador

Rio de Janeiro, 28 de março de 2007.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Rulian Emmerick

É Advogado. Graduou-se em Direito na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2004. Atualmente é integrante do Observatório de Controle Social e Sistema Punitivo e da Cátedra Direitos Humanos e Violência: Governo e Governança, ambos instalados no âmbito do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da PUC-Rio. Tem experiência em direito público, atuando principalmente na área do direito constitucional e dos direitos humanos. Atualmente atua em consultoria de pesquisas jurídicas no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Ficha Cartográfica

Emmerick, Rulian

Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia / Rulian Ememrick; Orientador: João Ricardo Wanderley Dornelles. – Rio de Janeiro: PUC. Departamento de Direito, 2007.

V., 199 f: il.; 29,7 cm

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas

1. Direito – Teses. 2. Corpo e Poder. 3. aborto. 4. Direitos Humanos. 5. Direitos Sexuais. 6 Direitos Reprodutivos. 7. Democracia. 8. Feminino. 9. Cidadania

Ao meu pai Frederico, *in memorian*, que apesar da vida breve, ensinou-me os primeiros passos.

Para minha mãe, Celene, a quem devo o meu senso de justiça. Seu exemplo de força, de humildade, dignidade, é a minha inspiração.

Para minha esposa, Eliza, eterna companheira, pelo carinho, apoio e compreensão de todos os dias. Todo o meu amor.

Para todas e todos que fazem de suas vidas um ideal de luta pelos historicamente excluídos e marginalizados.

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem o auxílio financeiro concedido pela CAPES - e sem o apoio de todos aqueles que sempre estiveram ao meu lado, principalmente, nos dois anos de intensos estudos no Mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

À minha família, minha mãe, meus irmãos e sobrinhos, titulares do meu coração.

À minha esposa, Eliza, pelo amor, apoio e compreensão, que acompanhou e vivenciou a minha jornada diária de estudos durante os dois anos de mestrado, principalmente, no período de construção deste trabalho. Este mérito também é dela.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelos auxílios concedidos durante o curso de mestrado, sem os quais, seria impossível ter realizado este trabalho.

Ao meu orientador, professor João Ricardo Wanderlei Dornelles, pelo apoio e atenção de sempre. Intelectual e militante que despertou em mim o encanto pela criminologia, por quem tem grande apreço desde os tempos de graduação na PUC-Rio.

À professora Vera Malaguti Batista, que contribuiu imensamente para que este trabalho pudesse ser escrito. Sua solicitude, profissionalismo, carisma; seu conhecimento intelectual e suas orientações e sugestões sempre me fizeram sentir um filho, pois mais pareciam com um conselho de mãe. A tarefa de escrever este trabalho sem suas sábias orientações, se não impossível, com certeza seria muito mais árdua. Todo meu agradecimento, carinho, respeito, gratidão e admiração.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Direito da PUC-Rio, pelos ensinamentos nestes dois anos de mestrado. A aprendizagem multidisciplinar e crítica ao direito posto e estabelecido, com que tive contato durante os intensos estudos, com certeza, trouxeram imensas contribuições para o meu eu pensante e para minha vida profissional. Esta marca carregarei para sempre.

Agradeço do fundo d'alma ao professor Augusto Sampaio, Vice-Reitor Comunitário, que me deu a chance de ter feito a graduação na PUC-Rio com uma bolsa de estudos integral durante todo o curso. A minha eterna gratidão.

Para Maria Celeste Simões Marques, professora da graduação da PUC-Rio e minha orientadora de PIBIC/CNPq nos tempos de graduação, pelo compromisso, dedicação, compromisso, pelos ensinamentos e incentivos; por aguçar ainda mais o meu interesse pela pesquisa. Você é umas das responsáveis pelo profissional que sou. A minha eterna admiração.

Aos colegas da turma de mestrado 2005/2007, especialmente, a Renata Guimarães Franco, amiga com que pude compartilhar os momentos difíceis e angustiantes durante a elaboração do presente trabalho. Mais que uma colega de mestrado você tornou uma grande amiga.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação, Anderson e Carmem, pela solicitude e compreensão de sempre.

À amiga Ângela Maria Batista, que Deus me deu o privilégio de conhecer. Minha amiga/irmã espiritual com quem pude contar e compartilhar tantos momentos difíceis; sua sabedoria e força é um grande exemplo a ser seguido. Eterna Amiga.

À Viviane Borges, grande amiga, com aprendi o jeito carioca de ser e com quem pude sempre contar e compartilhar as durezas de um matuto vivendo na Cidade Maravilhosa.

À Ana Paula Sciammarella, quem tive o prazer de conhecer no primeiro estágio nos tempos de graduação em um projeto de assessoria jurídica na Rocinha, com quem compartilho o meu ideal pela luta dos direitos humanos dos seguimentos marginalizados e excluídos.

Aos amigos do Balcão de Direitos, da Procuradoria Geral do Estado e da Procuradoria Geral do Município, com quem pude conviver por longo período de estágio durante a graduação.

À ADVOCACI – Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos, na pessoa de Rosana dos Santos Alcântara e Gleyde Selma da Hora, pela oportunidade que me foi dada em atuar na instituição como advogado consultor de pesquisas no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Enfim, a minha atuação nesta instituição foi a inspiração para a realização do presente trabalho. Foi lá que aprendi na prática que sem os direitos das mulheres os direitos humanos não são humanos.

A todos aqueles que direta ou indiretamente, acompanharam a minha trajetória desde os tempos de peão em Bom Jardim, interior do Estado do Rio de Janeiro, até mestrado. Familiares e amigos, que sempre tornaram a minha caminhada menos árdua.

A todas as pessoas que, apesar dos tempos nebulosos que vivemos, onde impera a ideologia do capital, da exclusão social e do encarceramento, resistem e lutam por seus ideais e nos faz acreditar que é possível viver em um mundo mais igual e mais justo.

Agradeço, acima de tudo à Luz Superior que ilumina a minha missão, que mais comumente, denominam de Deus, mas que prefiro chamar de Oxalá.

Com toda humildade e carinho, Muito Obrigado!

Resumo

Emmerick, Rulian. **Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia**. Rio de Janeiro. 2007, 199p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia visa abordar o fenômeno do aborto e a sua criminalização na perspectiva do direito sob a luz do Estado democrático de direito e da construção normativa e política dos direitos sexuais e direitos reprodutivos enquanto direitos humanos. A tarefa é demasiadamente árdua, visto ser o tema objeto de grande polêmica na sociedade contemporânea brasileira. No presente estudo, que se utiliza de elementos provenientes de diversas áreas do conhecimento tais como: do direito, da sociologia, da ciência política e da criminologia, buscamos analisar a temática sob a perspectiva do feminino. Procurou-se ressaltar que a permanência da prática do aborto como conduta delituosa mais que uma questão de proteção da vida, é uma questão política imbricada no jogo de poder entre determinados atores sociais. Ao não reconhecer às mulheres o direito à autodeterminação sobre o seu corpo, sua sexualidade e sua reprodução o Estado nada mais faz que do violar os direitos humanos das mulheres. A criminalização de tal prática é seletiva, uma vez que a maioria das mulheres envolvidas com o sistema penal são oriundas dos seguimentos pobres e marginalizados da sociedade, e ineficaz, haja vista o irrisório número de processos pela prática do aborto, se comparada com significativas estimativas do número de abortos praticados. Conclui-se que não há qualquer relação entre a criminalização e o número de abortos praticados e que, na perspectiva dos direitos humanos, da democracia e da cidadania ampliada, faz-se necessário que tal prática seja legalizada, como forma de reconhecer o feminino enquanto sujeito moral de direito.

Palavras Chave

Corpo; poder; biopoder; criminalização; sistema penal; aborto; direitos sexuais; direitos reprodutivos; direitos humanos; democracia.

Abstract

Emmerick, Rulian. Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia. Rio de Janeiro. 2007, 199p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Body and power: a look at abortion under a Human Rights and Democracy perspective aims to talk about the abortion phenomenon and its criminalization from the Law point of view under influence of the democratic Government and the political development of sexual and reproducing rights as human rights. This task is an extremely hard one due to the controversial character of this matter in the Brazilian Contemporary Society. In this study (which uses elements from different areas, such as: Law, Sociology, Political Science, and Criminology), we analyze the theme under a female perspective. We want to point out that the permanent practice of abortion as a criminal act is not a life protection matter, but a political issue tangled with the political game among determined social actors. By not recognizing women's rights upon their body, sexuality and reproduction, the Government is violating women's Human Rights. The criminalization of such practice is selective because most of the women involved with Criminal Justice System come from poor and marginal segments of society. The judgment of this act is also ineffective due to the insignificant number of lawsuits against abortion practices if compared to the high estimate of practiced abortions. We conclude that there is no relation between criminalization and the number of abortions and also, under Human Rights, Democracy and Citizenship perspective, it is necessary that this practice become legal as a way to recognize female as a moral individual of rights.

Keywords

Body; power; biopower; criminalization; Criminal Justice System; abortion; sexual rights; reproducing rights; Human Rights; Democracy.

Sumário

1. Introdução	12
2. Sistema penal versus democracia e direitos humanos	20
2.1. Globalização, discurso penal, controle social e direitos humanos	21
2.2. llegitimidade do sistema penal, os conflitos sociais e o	
fenômeno do aborto	39
3. Do biopoder ao controle do corpo feminino	52
3.1. O corpo e a sexualidade como objeto do poder e do biopioder	53
3.2. O Controle do corpo da mulher e imposição do poder	62
3.3. O Controle do Feminino e o aborto no direito penal brasileiro	67
4. O aborto e os direitos humanos das mulheres	74
4.1. Justificação dos direitos humanos no mundo contemporâneo	74
4.2. A construção política e normativa dos direitos sexuais	
e direitos reprodutivos enquanto direitos humanos	83
4.2.1. A construção política e normativa no plano internacional	83
4.2.2. Os avanços políticos e normativos na esfera nacional	104
4.3. Criminalização do aborto e violação de direitos humanos	
das mulheres	112
5. O aborto na história recente	117
5.1. A situação do aborto na América Latina e Caribe	117
5.2. Discussão política sobre o aborto no Brasil	130
5.3. O poder simbólico da criminalização do aborto	138
5.4. Histórias não contadas: a fala das mulheres processadas	153
6. Conclusão	171
7. Referências Bibliográficas	178

Se de todo sofrimento devemos falar com respeito e com vergonha de não fazer todo o possível para superá-lo, com maior razão devemos respeitar a angústia, a agonia e o sentimento de culpa induzidos pela criminalização do aborto em milhões de mulheres. O caminho sábio nunca é o mero castigo, a penalização, mas o acompanhamento sincero, compassivo e redentor do ser que sofre. (...) Por trás do problema de penalizar ou não o aborto, entram em jogo também outras realidades humanas muito graves: a dignidade da mulher, a injustiça social, o machismo, a ignorância quanto à sexualidade, diferentes atitudes culturais e morais quanto à vida, o uso de anticoncepcionais, a moral, o papel das autoridades civis e eclesiásticas, etc. Isso complica e de modo geral desvia o debate, levando-o a becos sem saída.

Luiz Pérez Aguirre